

Aníbal quer orçamento aprovado pelo Congresso

Arquivo/31-8-87

"Analisando a história recente da humanidade, veremos a destinação de recursos públicos está sempre voltada para o bem público, com aval do congresso Nacional. Infelizmente, no Brasil, o sistema totalitário de governo retirou do legislativo a faculdade de votar o Orçamento da União. O que se tenta agora é restituir esse direito".

A afirmação foi feita ontem pelo ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, ao participar da sessão de instalação do seminário "a participação do Poder Legislativo no Orçamento público", no auditório Petrônio Portela, do Senado. Patrocinado pela Fundação Pedroso Horta, Instituto Tancredo Neves e National Democratic Institute for International Affairs, dos Estados Unidos, o seminário prossegue até amanhã.

O ministro Aníbal Teixeira revelou que o não-gerenciamiento dos gastos públicos pela sociedade,

através de seus representantes no Congresso Nacional, permitiu com que os governos Anteriores, gastassem em demasia. Resultado disso — afirmou — são a dívida externa superior a 100 bilhões de dólares e um déficit público que chega 1,3 bilhão de cruzados.

Político por formação e parlamentar, o ministro do Planejamento disse que o Congresso Nacional tomava conhecimento apenas de metade dos dispêndios gerais: "Outras despesas eram feitas à revelia do Congresso e do povo. O déficit público foi gerado exatamente porque se retirou do Congresso a matéria efetiva de controle dos gastos governamentais".

"A alocação adequada de recursos é uma missão de justiça social, e como tal cabe ao Poder Legislativo trabalhar sobre o orçamento, respeitando a vontade do povo brasileiro. Por isso estamos devolvendo

aos congressistas a capacidade de avaliar esses dispêndios — ressaltou Aníbal Teixeira. Ele disse que o controle dos gastos pelo legislativo é de "importância fundamental", e citou, a título de ilustração, a luta entre o presidente Ronald Reagan, dos Estados Unidos, e o Congresso daquele país na questão de ajuda ou não aos "contras" da Nicarágua.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP) afirmou que no Brasil a situação é diferente pois o Congresso brasileiro "não tinha sequer o poder de legislar sobre o orçamento, menos ainda o de fiscalizar". Para o senador paulista, o controle do legislativo sobre os gastos do dinheiro público é inerente a todos os governos modernos. "Afim de contas", acrescentou, "isso é uma técnica, não se inventa". O seminário foi aberto pelo presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB).

Ministro prevê aumento de impostos

O ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, afirmou ontem que se o Governo perder, na Constituinte, uma parcela significativa da receita para os estados e municípios, haverá, certamente, um aumento da carga tributária para toda a população.

A informação do ministro foi prestada a propósito do percentual de 47% da receita da União, que estaria sendo destinado aos estados e municípios no Substitutivo do deputado Bernardo Cabral, e que, se aprovado, trará uma perda de receita para o Governo Federal, superior a Cz\$ 300 bilhões anualmente.

Disse o ministro que o Governo vem se empenhando junto à Cons-

tituinte na tentativa de contornar esse elevado índice de transferência de recursos, que colocaria em situação muito difícil, face aos elevados compromissos de investimentos na área da infraestrutura, sob a responsabilidade federal.

Para Aníbal Teixeira, a indicação desses percentuais de transferências de recursos para as demais unidades da Federação deveria ter sido precedido de um estudo sobre as atribuições e responsabilidades de cada nível de Governo. Mas, eles são fruto da força e da ação dos «lobbies» sobre os constituintes.

Funções

"A questão é o que fazer com esse dinheiro", disse o ministro do

Planejamento, informando que a Seplan está se preparando para a eventualidade do percentual atual vir a ser aprovado no texto final da Constituição.

Para isso, observou, estamos estudando as funções a nível de federal, estadual e municipal, com o objetivo de transferir junto com a parcela de receita, também atribuições hoje localizadas na esfera federal. Essa alternativa seria complementar ao aumento da carga tributária, disse.

A Secretaria de Planejamento está convencida de que é necessário haver um aprofundamento dos estudos sobre a questão da estrutura administrativa brasileira, envolvendo a integração desses três níveis de Governo.

PROFESSOR

Rigidez da Carta
inibirá conversão

O excesso de discriminação com o capital estrangeiro na Constituição poderá inviabilizar os programas de investimentos com a participação de empresas multinacionais previstos pelo Governo. Entendeu ontem o ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, durante o seminário "a participação do Poder Legislativo no Orçamento público", que deverá ser realizado no próximo mês de setembro. "Se o Congresso não aceitar um programa de conversão da dívida externa em capital de risco interno", que, segundo o ministro, é uma alternativa não convencional de negociação para a dívida externa brasileira.

Aníbal Teixeira ressaltou que "o País passa por momentos difíceis na área econômica", e observou ser esse um indicador de que a atitude mais coerente do Governo seria "facilitar a entrada desse capital". Para isso, continuou, "haveria que entrar mecanismos inteligentes, capazes de atrair os investidores, que já entram no País com 40% de renda no valor original de seus créditos".

Deixando ainda o ministro do Planejamento a absorção da dívida estrangeira, via conversão da dívida, em função de variáveis prioritárias que envolvam setores, regiões e perspectivas de exportação. "Tem-se a oportunidade para do buscar uma correção para as despesas regionais, procurando ainda tudo quanto for investimento novo. No seu entender, a conversão da dívida poderia trazer, ao contrário, riscos enormes para o caso de conversão da dívida".